



CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.112/0001-80

RUA SÃO PAULO, 171 – FONE (43) 3244-1200 – CEP 86.618-000

e-mail camara@pradoferreira.pr.gov.br

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE ABERTURA E FOLHA DE DESPACHOS

Considerando o teor do Recurso apresentado pela Vereadora Leirianne de Caires Sartori, **promovo** a abertura de processo administrativo.

Despacho para que: _

Registre-se como processo nº 12/2025

Adote-se o presente termo como folha de despachos internos.

Faço estes autos conclusos ao sr. Presidente da Câmara, para que adote as providências cabíveis.

Prado Ferreira, 07 de fevereiro de 2025.

Isabelle G. Santos

Isabelle Gomes dos Santos

Diretora Administrativa

Câmara Municipal de Prado Ferreira

02
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, MESA DIRETORA, PLENÁRIO
E COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E
TOMADA DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA -
PR

LEIRIANNE DE CAIRES SARTORI, vereadora, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência e este Egrégio Plenário, interpor o presente **RECURSO** contra o processo eleitoral para escolha dos membros das Comissões Permanentes, realizado na **1ª Sessão Ordinária de 03 de fevereiro de 2025**, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Prado Ferreira, especialmente do artigo 240 e seguintes, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I - DOS FATOS

No dia **03 de fevereiro de 2025**, durante a 1ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Prado Ferreira, foi realizada a eleição dos membros das Comissões Permanentes. Contudo, constatou-se que **o rito procedimental estabelecido pelo Regimento Interno não foi devidamente observado**, caracterizando irregularidades que comprometem a validade do processo eleitoral, conforme se expõe:

Em primeiro lugar, vale destacar que o Presidente da Câmara, Álvaro Gonçalves da Rocha, do partido PSD, votou em todas as comissões. No entanto, o art. 40 do Regimento Interno dispõe que, "Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quórum de votação de 2/3 (dois terços), e ainda nos casos de desempate, de eleição de membros da Mesa **e nos casos de escrutínio secreto**". Ocorre que a escolha dos membros das Comissões Permanentes se dá **mediante escrutínio público**, nos termos do art. 56 do Regimento Interno.

Em segundo lugar, o critério adotado pelo Senhor Presidente Álvaro Gonçalves da Rocha, para escolha dos membros das Comissões Permanentes desta Casa não está regulamentado no Regimento Interno. Isso porque o Presidente da Câmara determinou, no início das votações, ou melhor, segundos antes das votações, que cada vereador poderia escolher **três candidatos por Comissão**, critério **não previsto no Regimento Interno**. Tal medida alterou de forma individual e autoritária a sistemática eleitoral sem qualquer respaldo normativo, o que caracteriza evidente afronta ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal).

Em terceiro lugar, destaco a ausência de assinaturas nas cédulas, tendo em vista que o artigo 57 do Regimento Interno estabelece que a votação para escolha dos membros das Comissões deve ocorrer por meio de **cédulas assinadas pelos votantes**. Entretanto, verificou-se que algumas cédulas não estavam assinadas, o que compromete a transparência e legalidade do pleito.



II - FUNDAMENTOS

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Prado Ferreira determina que a votação para as Comissões deve ser feita por meio de cédulas assinadas, requisito que não foi cumprido em sua integralidade, nos termos do art. 57 do Regimento da Câmara Municipal de Prado Ferreira.

Outrossim, nos termos do art. 56 do RI o processo de eleição dos membros das Comissões Permanentes se dá por **escrutínio público** (diferente da eleição da Mesa Diretora, que ocorre por escrutínio secreto, nos termos do §4º do artigo 44 do Regimento Interno).

Ademais, conforme disposto no art. 40 do Regimento Interno, o Presidente da Câmara não deve votar nas Comissões, veja-se:

Art. 40. O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quorum de votação de 2/3 (dois terços), e ainda nos casos de desempate, de eleição de membros da Mesa e nos casos de escrutínio secreto. Parágrafo único. O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Dessa forma, a participação do Presidente nas votações das quatro comissões foi indevida e compromete a legitimidade do processo eleitoral.

Nesse sentido:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CÂMARA MUNICIPAL. VOTAÇÃO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E RESOLUÇÃO AO REGIMENTO INTERNO. **PROCEDIMENTO LEGAL INOBSERVADO**. AUSÊNCIA DE INTERSTÍCIO ENTRE AS SESSÕES. AFRONTA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E AO REGIMENTO INTERNO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. NULIDADES DOS ATOS NORMATIVOS - **A inobservância da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores pelo Presidente desta, configura verdadeira ofensa ao princípio da legalidade, impondo-se a nulidade dos atos normativos que não cumpriram o determinado em lei.** (...) REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 3ª C.Cível - RN - 141801-5 - Cascavel - Rel.: Abraham Lincoln Calixto - Unânime - - J. 16.12.2003, destaquei).

Além disso, o artigo 5º, inciso LIV da Constituição Federal garante o princípio do devido processo legal, o qual foi violado ao se adotar procedimento não previsto no Regimento Interno. Isso porque o Regimento Interno da Câmara Municipal de Prado Ferreira não prevê que cada vereador escolha três candidatos para votar.

Outrossim, o art.37, caput, da Constituição Federal determina que a administração pública deve seguir os **princípios da legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo que a **alteração unilateral do processo eleitoral das Comissões afronta esses princípios**.

04
Vale destacar que o Regimento Interno prevê expressamente um critério objetivo para votação das comissões:

Art. 56. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à da eleição da Mesa, por um período de 2 (dois) anos **mediante escrutínio público**, considerando se eleito, **em caso de empate, o Vereador do partido ainda não representado em outra Comissão, ou o Vereador não eleito para nenhuma Comissão ou, finalmente, o Vereador mais votado nas eleições municipais**

Veja que a regra aplicável continha expresse critério de desempate, elucidando a questão suficientemente, e, mesmo assim, o Presidente da Casa determinou a continuação da votação com escolha de três membros cada vereador, o que afronta o princípio da minoria da representação partidária. Isso porque, como é sabido por esta Casa, **a oposição é minoria**, logo a prever a possibilidade de cada vereador escolher até três membros cada extrapola o jogo político que há de ser jogado coletivamente, devendo suas regras serem respeitadas, sob pena de se violar a institucionalidade das relações e os princípios constitucionais, uma vez que o controle político não pode ser resultado apenas da decisão da maioria.

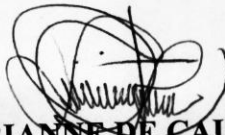
III - PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a este Egrégio Plenário que:

1. Seja acatado o presente recurso para **anular o processo eleitoral dos membros das Comissões Permanentes, realizado na 1ª Sessão Ordinária de 03/02/2025;**
2. **Seja determinada imediatamente a realização de nova eleição, desta vez por meio de escrutínio público**, conforme o artigo 56 do Regimento Interno, e sem a votação do Presidente da Câmara, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno;
3. **Seja assegurada a observância da proporcionalidade partidária na composição das Comissões**, conforme disposto no artigo 52 do Regimento Interno.

Pede-se deferimento.

Prado Ferreira/PR, 06 de fevereiro de 2025.


LEIRIANNE DE CAIRES SARTORI

Vereadora/MDB



CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.112/0001-80
RUA SÃO PAULO, 171 – FONE (43) 3244-1200 – CEP 86.618-000
e-mail camara@cmpradoferreira.pr.gov.br
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO

Prado Ferreira-PR, 10/02/2025

Para: *Adm. Legislativo*

Prezado(a) Senhor(a),

Requiro manifestação jurídica quanto às alegações da Gra. Vereadora Leiriane de Laires Santoni.

Atenciosamente,

Nome/Assinatura



PARECER JURÍDICO Nº 11/2025

Referência: Procedimento de Eleição dos Membros das Comissões Permanentes da Câmara Municipal, realizado na 2ª Sessão Ordinária 03/02/2025.

Autoria: Vereadora Leirianne Caires Sartori

Ementa: recurso

Relatório

Trata-se de despacho do Presidente da Câmara de Vereadores, por meio do qual, insta esta advocacia legislativa a se manifestar sobre o recurso datado de 06/02/2025, encartado no processo administrativo nº 12/2025, em que se alegam supostas irregularidades ocorridas na Sessão Plenária de 03/fevereiro/2025, na qual se realizou a eleição dos Membros das Comissões Permanentes.

Saliento que parte das alegações formuladas no recurso foram devidamente enfrentadas no parecer jurídico nº 05/2025, razão pela qual, aqui serão enfrentadas apenas as novas alegações.

É o quanto basta relatar.

Competência e Iniciativa

A consulta é de iniciativa do Presidente da Câmara Municipal, amparada pelo artigo 37, incisos III e XXV, do Regimento Interno¹, que, também, lhe confere competência para interpretar e fazer cumprir o regimento interno, bem como, resolver do recurso.

Análise Jurídica

Assinalo inicialmente, que no caso concreto, o parecer tem em mira exclusivamente os pontos não abordados em sede de questões de ordem, posto que estas foram analisadas pelo parecer jurídico nº 05/2025. Referida análise jurídica, circunscreve-se à apreciação dos aspectos relacionados à competência e à iniciativa da consulta e da pertinência dos pontos recorridos, bem como, para sugerir

¹RI Art. 37 - Compete ao Presidente da Câmara, além do definido no Art. 39 da Lei Orgânica: III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno; XXV - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados, em especial exercendo as seguintes atribuições:



determinada interpretação regimental à Presidência da Casa. De outro giro, cabe ao parecer jurídico, na medida do possível, esclarecer, elucidar, explicar, municiar o Presidente de informações, para a sua deliberação.

Em síntese, alega o recurso: *I - o rito procedimental estabelecido pelo regimento interno não foi devidamente observado; II - que o Presidente da Câmara, votou em todas as comissões, contrariando art. 40 do RI sendo indevida a participação do Presidente nas quatro comissões; III - que o critério adotado para a escolha dos membros das comissões permanentes não está regulamentado no regimento interno; IV - parte das cédulas não estavam assinadas (art. 57 do RI); V - que o escrutínio é público (art. 56, do RI); por fim cita jurisprudência do TJPR; art. 5º, LIV, e art. 37 da Constituição e requer: 1. anulação do processo eleitoral das comissões permanentes realizada na sessão plenária de 03/02/2025; 2. determinada realização de nova eleição por escrutínio público; e 3. assegurada a observância da proporcionalidade partidária.*

Do Recurso

Quanto à iniciativa do recurso decorre do art. 118 do Regimento Interno².

Do Rito Procedimental Estabelecido pelo Regimento Interno

Alega o recurso que o rito procedimental estabelecido pelo regimento interno não foi devidamente observado. Sem razão. A questão está sobejamente enfrentada e esclarecida no parecer jurídico nº 05/2025, restando iniludível a observância do rito do regimento interno nas eleições dos membros das comissões permanentes realizada na sessão plenária de 03/02/2025.

Todavia, não é demais relembrar os fatos. O rito procedimental para eleger os Membros das Comissões Permanentes pode ser visualizado no "Título II - Dos Órgãos Da Câmara Municipal, Capítulo

²RI Art. 118 - Recurso é toda petição de Vereador ao Plenário contra ato do Presidente, nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.



III - Das Comissões, Seção II - Da Formação das Comissões e de suas Modificações", mais especificamente nos seguintes artigos:

*Art. 45 - As comissões são órgãos técnicos **compostos de três Vereadores** com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da Administração. (**destaquei**)*

Art. 46 - As Comissões da Câmara são Permanentes e Especiais.

Art. 47 - Às Comissões Permanentes incumbe estudar as proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário.

*Parágrafo único - **As Comissões Permanentes são as seguintes:***

I - de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas;

II - de Viação, Obras Públicas e Transporte;

III - de Educação, Saúde Pública e Assistência Social;

IV - dos Direitos do Homem e da Mulher.

*Art. 52 **Em cada Comissão** será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara. (**destaquei**)*

*Art. 56 - Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à da eleição da Mesa, por um período de 2 (dois) anos **mediante escrutínio público**, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador do partido ainda não representado em outra Comissão, ou o Vereador não eleito para nenhuma Comissão ou, finalmente, o Vereador mais votado nas eleições municipais. (**destaquei**)*

*Art. 57 - **Far-se-á a votação separada** para cada Comissão, **através de cédulas impressas, datilografadas ou manuscritas**, assinadas pelos votantes, com indicação dos nomes mais votados e da legenda partidária respectiva. (**destaquei**)*

Muito bem, vejamos como foi o procedimento realizado na Sessão Plenária de 03/02/2025. Conforme observa pela Ata da Sessão Plenária de 03/02/2025, aprovada pela unanimidade dos Vereadores(as) na Sessão Plenária de 10/02/2025, tem-se o seguinte procedimento:



CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

Rua São Paulo, nº 171 – F (43) – CEP 86.618-000

e-mail camara@pradoferreira.pr.gov.br

www.cmpradoferreira.pr.gov.br

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

"O Senhor Presidente da Câmara Municipal, na forma do art. 56 e seguintes do Regimento Interno, declarou aberta a 2ª Sessão Ordinária de 2025 e comunicou aos Vereadores que será procedido a eleição dos Membros das Comissões Permanentes, para o biênio 2025/2026. Em seguida informou a ordem de eleição das Comissões Permanentes: Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; Comissão de Viação, Obras Públicas e Transportes; Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social; e Comissão dos Diretos do Homem e da Mulher. Dando início ao procedimento, o Presidente informou a abertura das inscrições para concorrer às vagas na **Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas**. E solicitou aos Vereadores(as) a apresentação dos nomes na forma regimental. [...] Não havendo mais candidatos, o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores(as), para votarem em três candidatos. Encerrada a votação, o 1º Secretário fez circular a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pelo Vereador Deivid Sirqueira Couto, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: [...] Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas os Vereadores(as)** [...]

[...] Em seguida o Presidente informou a abertura das inscrições para concorrer à **Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte**. Solicitando aos Vereadores(as) a apresentação dos nomes na forma regimental. Candidataram-se os Vereadores(as) [...] Não havendo mais candidatos, o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores, para votarem em três candidatos. Encerrada a votação, o 1º Secretário circulou a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pelo Vereador Joel Marcos da Silva Machado, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: [...] Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte os Vereadores(as)** [...]



*Em seguida o Presidente informou a abertura da inscrição para concorrer à **Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social**. Solicitando a apresentação dos nomes dos Vereadores(as) na forma regimental. Candidataram-se Vereadores(as) [...] Não havendo mais candidatos inscritos, o Presidente propôs ao Plenário a eleição por aclamação dos três inscritos, todavia, não foi aceito. Razão pela qual o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores, para votarem. Encerrada a votação, o 1º Secretário circulou a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pelo Vereador Geovani Ribeiro de Oliveira, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: [...] Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social os Vereadores(as)** [...]*

*Em seguida o Presidente informou a abertura das inscrições para concorrer à **Comissão dos Direitos do Homem e da Mulher**. Solicitando aos Vereadores(as) a apresentação dos nomes na forma regimental. Candidataram-se Vereadores(as) [...]. Não havendo mais candidatos, o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores, para votarem em três candidatos. Encerrada a votação, o 1º Secretário circulou a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pela Vereadora Leirianne Caires Sartori, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: [...] Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte os Vereadores(as)** [...]*

Concluída a eleição para os Membros das Comissões Permanentes, o Senhor Presidente requereu aos Vereadores(as) eleitos(as) que até a próxima Sessão, cada Comissão apresente os respectivos Presidente, Vice-Presidente e Membro.

Portanto, a única conclusão lógica, clara, transparente e que retrata a realidade dos fatos, é o cumprimento das disposições regimentais, conforme consignado na Ata da Sessão Plenária de



03/02/2025. Em suma: o Presidente anunciou a eleição de cada uma das Comissões, o período para inscrições dos Vereadores. As cédulas com os nomes dos Vereadores e respectivas legendas partidárias foram impressas pela Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, e os servidores as entregaram em mãos ao Presidente da Câmara, que por sua vez, encarregou o 1º Secretário de distribuí-las aos Vereadores em conformidade com a sequência das votações em separado para cada uma das Comissões Permanentes. Após cada votação realizada pelos Vereadores, o 1º Secretário circulou o "recipiente" colhendo os votos. Sob as vistas de todos os presentes e sempre com a fiscalização direta de um Vereador a cada escrutínio, procedeu-se a contagem dos votos e a atribuição a cada parlamentar votado. Posteriormente a esses atos, o Presidente declarou solenemente os eleitos e o 1º Secretário fez cada resultado ser lavrado em ata, bem como as duas questões de ordem apresentadas. Para maior lisura e transparência do procedimento, a dita Sessão Plenária está integralmente gravada em áudio e vídeo, disponível a qualquer interessado mediante livre acesso na internet, eis que a Sessão Plenária foi transmitida ao vivo pelas redes sociais institucionais da Câmara Municipal.

Portanto, não se vislumbra qualquer suposta, alegada inobservância do procedimento regimental.

Do voto do Presidente nas Eleições para os Membros das Comissões Permanentes da Câmara Municipal.

Alega o recurso que *"o Presidente da Câmara, votou em todas as comissões, contrariando art. 40 do RI sendo indevida a participação do Presidente nas quatro comissões"*. Veja-se o art. 40 do regimento:

Art. 40 - O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quorum de votação de 2/3 (dois terços), e ainda nos casos de desempate, de eleição de membros da Mesa e nos casos de escrutínio secreto. Parágrafo único - O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.



Primeiro, trata-se de interpretação sugerida pelo r. recurso, ao art. 40 do regimento interno, para abarcar suposta impossibilidade de o Presidente da Câmara não votar nas eleições para as Comissões Permanentes. Contrariamente, não entendo dessa forma, isto porque, não há no art. 40 ou no Regimento Interno qualquer dispositivo que vede expressamente o Presidente de votar nas eleições para as Comissões Permanentes.

Segundo, o art. 40 refere-se ao processo legislativo do art. 59 da Constituição da República, o que se evidencia pelas hipóteses do *caput*. Quanto ao parágrafo único, para se diferenciar do *caput*, arrolou as hipóteses de denunciante e denunciado, o que é uma redundância, um excesso de linguagem para se usar a terminologia técnica e doutrinária, pois qualquer Vereador nessa condição (denunciado ou denunciante) estará impedido de votar.

Da Consolidação do Voto do Presidente na Eleição dos Membros das Comissões Permanentes

Não se pode deixar de mencionar, que há anos que o Presidente da Câmara vota nas eleições para os Membros das Comissões Permanentes. De tal modo, que resta essa prática consolidada no âmbito da Câmara Municipal. Para ilustrar essa tradição, já incorporada às normas internas da Câmara de Vereadores, e para não ser cansativo, cita-se apenas o caso seguinte, que pode ser aferido pela Ata da 1ª Sessão Ordinária de 23/fevereiro/2023, quando a Vereadora Presidente Michele Cristiane Camiloti dos Reis, eleita Presidente na 42ª Sessão Ordinária de 12/12/2022, votou normalmente na eleição para os Membros das Comissões Permanentes para o Biênio 2023-2024.

E assim se retrocedermos no tempo, verificando as atas de Legislaturas mais antigas, aferiremos que esse costume se estende no tempo de longa data.

Em que pese a Vereadora ter votado para eleger os Membros das Comissões Permanentes, não se cogitou de qualquer irregularidade, dado que o art. 40 do Regimento não o veta expressamente e, aliado a essa circunstância, o seu caráter puramente regimental.



A princípio tal situação parece contrariar o disposto pelo art. 40. No entanto, isso foi possível, porque essa regra do art. 40 do Regimento, não decorre diretamente da Constituição da República, inscrevendo-se entre as normas que a doutrina e a jurisprudência denominam por “normas puramente regimentais”, ou seja, normas que em determinadas condições, poderão os Vereadores flexibilizá-las ou adaptá-las à ordem jurídica regimental.

A despeito dos usos e dos costumes em Direito Administrativo, vejamos a doutrina do Professor Juliano Heinen³:

Quando se reiteram atos administrativos de determinado modo, pode-se obter uma praxe administrativa, que leva a encontrar um padrão de conduta na Administração Pública [...] nada impede que uma prática administrativa, tal qual o costume, seja reconhecida formalmente pelo ordenamento jurídico.

Na mesma seara das fontes do direito, Felipe Dalanogare Alves⁴:

[...] é possível incluir entre as fontes do Direito Administrativo a norma, a jurisprudência, a doutrina, os costumes e a praxis administrativa. A praxis administrativa se forma de uma constante atuação administrativa, que torna aquela conduta reiterada e uniforme em casos similares.

E no que tange especificamente às fontes das normas sobre processo legislativo, João Trindade Cavalcante Filho⁵:

*O processo legislativo situa-se na intersecção entre o direito e a política, é o estatuto jurídico da política (conjunto de normas que condicionam a formação de consenso, maiorias e minorias) e o estatuto político do direito (a forma pela qual as decisões políticas tornam-se direito) [...] o **processo legislativo integra o juridicamente possível com o politicamente possível; o que é adaptável a uma dada ordem jurídica com o que pode ser resguardado pelas possibilidades de mobilização de apoio político. Não é de surpreender**, portanto, que o conjunto das normas jurídicas que condicionam a formação das leis (as normas do processo legislativo)*

³ HEINEN, Juliano. Curso de Direito Administrativo. 5ed. São Paulo: JusPodvm. 2024

⁴ ALVES, Felipe Delanogare. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2024

⁵ FILHO, João Trindade Cavalcante. Processo Legislativo Constitucional. 7ed. São Paulo: JusPodvm. 2024



esteja disperso em fontes positivadas (explicitadas) e outras informais [...] com efeito, podem ser encontradas normas do processo legislativo: a) explicitadas (positivadas); b) implícitas, traduzidas na praxe legislativa e mesmo nos costumes legislativos, assim como nas questões de ordem já decididas. (negritei)

Observe-se que não se trata de decisão ou de atuação contra a norma regimental, num sentido de suposta ilegalidade. Pois, a própria natureza jurídica do art. 40, aqui tomado como exemplo, decorre simplesmente da vontade dos Vereadores e não de imposição constitucional. Daí, dizer-se, sem espanto, que é juridicamente possível referida flexibilização ou adaptação da norma, conforme se depreende da praxe e dos costumes legislativos dessa Câmara Municipal. Tal decorre do salutar bom senso, que conduz a acordos políticos em favor do consenso e da pacificação, da boa vontade política em se colocar o interesse público acima dos interesses particulares ou de grupos políticos, enfim, do espírito político que almeja construir soluções dialogadas, de modo que a Câmara Municipal possa desempenhar suas funções típicas, consoante os preceitos constitucionais e legais, colaborando para o progresso do Município, e, por consequência para a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Do Critério Adotado para Escolha dos Membros das Comissões Permanentes

Segundo o recurso “o critério adotado para a escolha dos membros das comissões permanentes não está regulamentado no regimento interno”. Não parece razoável tal alegação, vejam-se o art. 45 e o art. 65 do RI:

Art. 45 - As comissões são órgãos técnicos *compostos de três Vereadores* com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou, ainda, de investigar fatos determinados de interesse da Administração.

Art. 65 - As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Pre-



sidentes e Vice-Presidentes e prefixar os dias e horas em que se reunirão ordinariamente.

São três os Membros de cada Comissão Permanente, a teor do art. 65: Presidente; Vice-Presidente e Membro. Os Vereadores são livres para votar, conforme esclarecido no parecer jurídico nº 05/2025, ao qual remeto o leitor, mas sobretudo conforme o registrado na Ata da Sessão Plenária de 03/02/2025.

Além disso, deve ser notado que o Regimento Interno apenas informa que *"os membros das comissões serão eleitos, após a eleição da mesa[...]"* (art. 56). Por isso, a tradição da Câmara Municipal, retratada no costume legislativo local, também consolidou que tal eleição se realize na primeira Sessão Plenária, após a Sessão Solene de Instalação e Posse. Isso não consta expressamente do Regimento, mas decorre da tradição, do costume, da prática legislativa local. Sendo o que de fato aconteceu. Na sequência, informa o Regimento Interno que *"far-se-á a votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas, datilografadas ou manuscritas"* (art. 57). É de indagar: há mais algum dispositivo regimental que contenha expressa indicação de tal suposto *"critério adotado para a escolha dos membros das comissões permanentes"*? A resposta é não! Não há qualquer outra regra regimental regulamentando, determinando ou por qualquer meio sugerindo este ou aquele critério para a eleição dos membros das comissões. Essa tarefa coube aos usos e aos costumes legislativos, à tradição ou prática, conforme dito acima. Foi pelo consenso que ao longo de décadas, consolidou-se, por intermédio dos usos e dos costumes, que os Vereadores votassem em seus pares, conforme ocorreu, para elegerem os membros das comissões permanentes. É de se observar ainda, que não há qualquer registro de prejuízo ao longo dos anos em face dessa forma de votação. Aliás, como no presente caso não há registro de qualquer prejuízo.

Há mais. Note-se que o regimento não regula várias outras situações, todas consolidadas pelos usos e costumes legislativos, exemplificativamente: o modo de inscrição (os usos e os costumes adotaram que a manifestação do Vereador pode ocorrer por qualquer meio, até gestualmente é admissível o registro da sua inscrição e



concorrer a uma vaga em determinada comissão permanente); pergunta-se: a eleição será por chapa ou individualmente por cargo?; o regimento é silente, se algum dia surgir essa situação, os Vereadores serão chamados a deliberar; indaga-se, qual a ordem de votação para as comissões permanentes?; (foi por meio dos usos e dos costumes legislativos que se consolidou a regra de seguir ordem do parágrafo único, do art. 47 e dos arts. 79, 80, 81 e 82 do Regimento Interno.

Há, portanto, uma série de situações que estão resolvidas pelos usos e os costumes do legislativo local.

Tais resoluções fundadas na tradição e na práxis legislativas, podem ser alteradas. Para tanto, basta que os Vereadores busquem as soluções consensuadas, ou, em último caso, através do voto da maioria.

Da Falta de Assinaturas em Algumas Cédulas (art. 57 do RI)

Reitero os termos do parecer jurídico nº 05/2025, ao qual remeto o leitor.

Do Escrutínio Público (art. 56, do RI)

Reitero os termos do parecer jurídico nº 05/2025, ao qual remeto o leitor.

Da Proporcionalidade Partidária

Alega o recurso que supostamente não se observou o princípio da proporcionalidade partidária. Novamente sem razão. Explico. Para isso, antes de tudo, é preciso observar o art. 52, do Regimento:

*Art. 52 - Em cada Comissão será assegurada, **tanto quanto possível**, a **representação proporcional** dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.*

Observe-se, que mesmo uma norma, que reprisa norma constitucional de reprodução obrigatória (CR. art. 58, § 1º), não é absoluta. É passível de flexibilização, o que se afere pela expressão "tanto quanto possível".



Segundo, deve-se considerar que cada uma das quatro comissões permanentes possui 3 vagas. Considerando-se a representação dos partidos políticos na Câmara Municipal: PMDB 3 Vereadores; PSD 2 Vereadores; Republicanos 2 Vereadores; e União Brasil 2 Vereadores. Tem-se o quociente de proporcionalidade nas comissões permanentes que é 3. Verifica-se que o PMDB atingiu o quociente de proporcionalidade de modo a que tem direito a eleger no mínimo 1 Vereador em pelo menos uma comissão permanente. Que PSD, Republicanos e União Brasil atingiram a fração (0,6666) superior a 0,5 devendo-se, nesse caso, arredondar para o primeiro número inteiro acima, ou seja 1, o que corresponde ao direito de igualmente eleger no mínimo um Vereador em pelo menos uma comissão permanente. No caso concreto as comissões permanentes restaram assim compostas:

a) Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Fianças e Tomada de Contas os Vereadores(as) Geovani Ribeiro de Oliveira (**Republicanos**), Michele Cristiane Camiloti dos Reis (**PMDB**), e Odair Fernandes de Oliveira (**União Brasil**);

b) Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte os Vereadores(as) Deivid Sirqueira Couto (**PMDB**), Joel Marcos da Silva Machado (**Republicanos**), e Odair Fernandes de Oliveira (**União Brasil**);

c) Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social os Vereadores(as) Geovani Ribeiro de Oliveira (**Republicanos**), Leirianne Caires Sartori (**PMDB**) e Michele Cristiane Camiloti dos Reis (**PMDB**); e

Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte os Vereadores(as) Isau Maria de Souza (**União Brasil**), Manoel Gonçalves Carrasco Neto (**PSD**) e Michele Cristiane Camiloti dos Reis (**PMDB**).

Portanto, salvo melhor juízo, parece-me devidamente assegurada a proporcionalidade da representação partidária na distribuição das vagas nas Comissões Permanentes, não sendo razoável se falar em inobservância do princípio da proporcionalidade.

Dos Pedidos Formulados



Com fulcro nos pressupostos fáticos e jurídicos desse parecer nº 11/2025 e do parecer jurídico nº 05/2025, opino pela improcedência dos pedidos formulados no recurso, eis não se vislumbrar qualquer irregularidade passível de ensejar a nulidade do processo eleitoral das comissões permanentes realizada na sessão plenária de 03/02/2025.

Da Possibilidade de Recurso contra Ato do Presidente

Nota-se que o próprio recurso está endereçado ao “*Presidente da Mesa Diretora, Plenário e Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas da Câmara Municipal*”. Segue-se disso, salvo melhor juízo, a autora já manifestou antecipadamente sua intenção de distribuir tal recurso à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças, e Tomada de Contas, em caso de indeferimento pelo Presidente. Diante disso, sugiro que, se for o caso, o Senhor Presidente encaminhe o recurso para a manifestação da Comissão e após, submeta-o à deliberação do Plenário, nos termos do art. 143 do Regimento:

Art. 143 - Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da ciência da decisão, por simples petição e distribuídos à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, que emitirá parecer acompanhado de projeto de resolução.

Conclusão

Senhor Presidente, reitero os termos do parecer jurídico nº 05/2025 complementado no que couber por esse parecer jurídico nº 11/2025, e sugiro o indeferimento do recurso ora analisado.

É o parecer que, respeitosamente, submeto a superior apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Prado Ferreira, datado e assinado digitalmente.

**JULIO
CESAR
BOTELHO**

Assinado digitalmente por JULIO CESAR
BOTELHO
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC OAB,
OU=1998034000170, OU=Presencial,
OU=Assinatura Tipo A3, OU=ADVOGADO,
CN=JULIO CESAR BOTELHO
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
aqui
Data: 2025.02.17 13:50:14-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1



RESPOSTA AO RECURSO

Nº 01/2025

Relatório

Cuida-se de resposta ao recurso de autoria da Vereadora Leirianne Caires Sartori, que em suma alega que: *o rito procedimental estabelecido pelo regimento interno não foi devidamente observado; que o Presidente da Câmara, votou em todas as comissões, contrariando art. 40 do RI sendo indevida a participação do Presidente nas quatro comissões; que o critério adotado para a escolha dos membros das comissões permanentes não está regulamentado no regimento interno; parte das cédulas não estavam assinadas (art. 57 do RI); que o escrutínio é público (art. 56, do RI); cita jurisprudência e a Constituição e requer anulação do processo eleitoral das comissões permanentes realizada na sessão plenária de 03/02/2025 e realização de nova eleição por escrutínio público, e assegurada a observância da proporcionalidade partidária.*

É o relatório. Decido.

Decisão do Recurso

CONHEÇO do presente recurso, e no mérito, o **indefiro** com base nos pareceres jurídicos nº 05/2025 e nº 11/2025 – os quais acolho integralmente como motivo de decidir – há razões de fato e de direito que sustentam a regularidade da eleição dos membros das comissões permanentes, e nenhum prejuízo resultou demonstrado para os Vereadores ou para a Câmara Municipal.

Registro, também, que a princípio o recurso interposto não possui efeito suspensivo a teor do Regimento Interno.

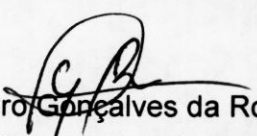
DETERMINO a publicação dessa resposta no diário oficial; e

I – apensamento ao processo administrativo nº 12/2025 de cópia da ata da sessão de 03/02/2025 e da sua publicação no diário oficial, do parecer jurídico nº 05/2025 e da resposta às questões de ordem nº 01/2025;

II – cópia à autora;

III – posterior registro para fins de precedentes na forma do art. 241 do regimento interno.

Prado Ferreira, 17 de janeiro de 2025.


Alvaro Gonçalves da Rocha

Presidente da Câmara Municipal de Prado Ferreira



ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR PLENÁRIO VEREADOR GILDÁSIO FRANCELINO DOS SANTOS SEGUNDA-FEIRA (03/02/2025) ÀS 19 HORAS

VEREADORES

Álvaro Gonçalves da Rocha (PSD) – Presidente
Isau Maria de Souza (União Brasil) – Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) – 1º Secretário
Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos) – 2º Secretário
Deivid Sirqueira Couto (MDB) – Vereador
Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos) – Vereador
Leirianne Caires Sartori (MDB) – Vereadora
Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB) – Vereadora
Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil) – Vereador

EXPEDIENTE

01. Esta Sessão foi transmitida on-line e está integralmente disponível em áudio e vídeo no Facebook e Youtube da Câmara Municipal.
02. Lido Ofício nº 01/2025 do Partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB, informando à Mesa Diretora os vereadores escolhidos para exercerem as funções de Líder e Vice-Líder do partido;

MATÉRIA DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, na forma do art. 56 e seguintes do Regimento Interno, declarou aberta a 1ª Sessão Ordinária de 2025 e comunicou aos Vereadores que será procedido a eleição dos Membros das Comissões Permanentes, para o biênio 2025/2026. Em seguida informou a ordem de eleição das Comissões Permanentes: Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; Comissão de Viação, Obras Públicas e Transportes; Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social; e Comissão dos Diretos do Homem e da Mulher. Dando início ao procedimento, o Presidente informou a abertura das inscrições para concorrer às vagas na **Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas**. E solicitou aos Vereadores(as) a apresentação dos nomes na forma regimental. Candidataram-se os Vereadores(as): Leirianne de Caires Sartori; Geovani Ribeiro de Oliveira; Michele Cristiane Camiloti dos Reis; Odair Fernandes de Oliveira; Deivid Sirqueira Couto; e Joel Marcos da Silva Machado. Não havendo mais candidatos, o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores(as), para votarem em três candidatos. Encerrada a votação, o 1º Secretário fez circular a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pelo Vereador Deivid Sirqueira Couto, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte



resultado: 2 (dois) votos para o Vereador Deivid Sirqueira Couto; 9 (nove) votos para o Vereador Geovani Ribeiro de Oliveira; 2 (dois) votos para a Vereadora Leirianne de Caires Sartori; 7 (sete) votos para a Vereadora Michele Cristiane Camiloti dos Reis; 7 (sete) votos para o Vereador Odair Fernandes de Oliveira; e 0 (zero) abstenção. Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Fianças e Tomada de Contas os Vereadores(as): Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos), Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB), e Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil)**. Em tempo a Vereadora Leirianne Caires Sartori solicitou questão de ordem para constar na ata que a eleição da Comissão é por escrutínio público na forma do art. 56, requerendo a publicidade dos votos. O Senhor Presidente recebeu o requerimento e informou que será consultado o jurídico da Câmara Municipal, para posterior decisão.

Em seguida o Presidente informou a abertura das inscrições para concorrer à **Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte**. Solicitando aos Vereadores(as) a apresentação dos nomes na forma regimental. Candidataram-se os Vereadores(as) Deivid Sirqueira Couto, Joel Marcos da Silva Machado, e Odair Fernandes de Oliveira. Não havendo mais candidatos, o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores, para votarem em três candidatos. Encerrada a votação, o 1º Secretário circulou a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pelo Vereador Joel Marcos da Silva Machado, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: 6 (seis) votos para o Vereador Deivid Sirqueira Couto, 7 (sete) votos para o Vereador Joel Marcos da Silva Machado, 6 (seis) votos para o Vereador Odair Fernandes de Oliveira, e 1 (um) voto para a Vereadora Leirianne Caires Sartori, e 0 (zero) abstenção.

Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte os Vereadores(as): Deivid Sirqueira Couto (MDB), Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos), e Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil)**.

Em seguida o Presidente informou a abertura da inscrição para concorrer à **Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social**. Solicitando a apresentação dos nomes dos Vereadores(as) na forma regimental. Candidataram-se os Vereadores(as) Deivid Sirqueira Couto, Geovani Ribeiro de Oliveira, Leirianne de Caires Sartori e Michele Cristiane Camiloti dos Reis. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: 2 (dois) votos para o Vereador Deivid Sirqueira Couto, 7 (sete) votos para o Vereador Geovani Ribeiro de Oliveira, 5 (cinco) votos para a Vereadora Leirianne de



Caires Sartori, 7 (sete) votos para a Vereadora Michele Cristiane Camiloti dos Reis, 1 (um) voto para o Vereador Odair Fernandes de Oliveira e 0 (zero) abstenção.

Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social os Vereadores(as) Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos), Leirianne Caires Sartori (MDB) e Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB).**

Em seguida o Presidente informou a abertura das inscrições para concorrer à **Comissão dos Direitos do Homem e da Mulher**. Solicitando aos Vereadores(as) a apresentação dos nomes na forma regimental. Candidataram-se Vereadores(as) Isau Maria de Souza, Manoel Gonçalves Carrasco Neto e Michele Cristiane Camiloti dos Reis. Não havendo mais candidatos inscritos, o Presidente propôs ao Plenário a eleição por aclamação dos três inscritos, todavia, não foi aceito. Razão pela qual o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores, para votarem. Encerrada a votação, o 1º Secretário circulou a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pela Vereadora Leirianne Caires Sartori, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: 7 (sete) votos para o Vereador Isaú Maria de Souza, 1 (um) voto para a Vereadora Leirianne Caires Sartori, 6 (seis) votos para o Vereador Manoel Gonçalves Carrasco Neto, 6 (seis) votos para a Vereadora Michele Cristiane Camiloti dos Reis e 2 (duas) abstenções.

Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte os Vereadores(as) Isau Maria de Souza (União Brasil), Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) e Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB).**

Em tempo a Vereadora Leirianne Caires Sartori solicitou questão de ordem para constar na ata que algumas cédulas não estavam rubricadas pelos votantes. O Senhor Presidente recebeu o requerimento e informou que será consultado o jurídico da Câmara Municipal, para posterior decisão.

Concluída a eleição para os Membros das Comissões Permanentes, o Senhor Presidente requereu aos Vereadores(as) eleitos(as) que até a próxima Sessão, cada Comissão apresente os respectivos Presidente, Vice-Presidente e Membro.

Dando sequência aos trabalhos, o 1º Secretário procedeu a leitura do Ofício nº 01/2025 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, com a indicação da Vereadora Leirianne de Caires Sartori como líder e do Vereador Deivid Sirqueira Couto como vice-líder da bancada, e o Senhor Presidente determinou a juntada do citado ofício a esta Ata e os devidos registros, para fins de exercício das prerrogativas regimentais de lideranças parlamentar.



MATÉRIA DO LEGISLATIVO

O Senhor Presidente determinou ao 1º Secretário a leituras dos seguintes projetos de resolução:

Projeto de Resolução nº 01/2025 que "Dispõe sobre a jornada flexível do Contador Legislativo, no âmbito da Câmara Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências."

Projeto de Resolução nº 02/2025 que "Acrescenta o art. 2º-A e o art. 2º-B e altera o art. 12 da Resolução nº 1, de 6 de junho de 2023, renumerada para Resolução nº 23/2023, pela Resolução nº 25, de 25 de outubro de 2023, e dá outras providências que Autoriza trasladar e usar notebook e outros dispositivos móveis corporativos, fora da sede da Câmara Municipal de Prado Ferreira, para viabilizar, exclusivamente, o acesso e a execução de serviço(s) administrativo(s), contábil(eis) ou jurídico(s) de interesse do legislativo municipal, e dá outras providências."

Projeto de Resolução nº 03/2025 que "Regulamenta a apresentação e o tratamento da declaração de bens, dispõe sobre a preservação do sigilo e da intimidade fiscal dos declarantes no âmbito da Câmara Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências"

Projeto de Resolução nº 04/2025 que "Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 1º e dá nova redação ao art. 8º, incisos I e II, da Resolução nº 7, de 9 de dezembro de 2020, renumerada para Resolução nº 14/2020, pela Resolução nº 25, de 25 de outubro de 2023, e dá outras providências."

Indicações: A Vereadora Leirianne de Caires Sartori fez indicação para limpeza geral na Capela Mortuária, e anexa imagens demonstrando a situação precária da limpeza da geladeira e climatizadores, o que reitera o pedido já formalizado por meio do Ofício 04/2025; fez, também, indicação para que os pontos biométricos da Administração Pública não seja configurado para registrar ponto por meio de códigos numéricos; fez, indicação ao Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, que providencie a atualização da escala dos profissionais da Saúde no Portal da Transparência, garantindo que esta seja publicada mensalmente e disponibilizada também nas unidades de saúde para acesso dos usuários; fez indicação para que o Município ofereça atendimento complementar nas escolas de educação infantil durante o

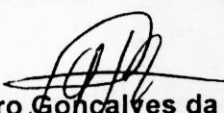


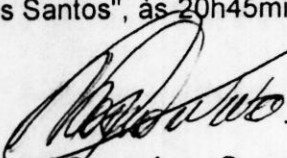
período de férias escolares; fez indicação para realização de serviços de poda de árvore na Rua Minas Gerais, nº 410; fez indicação para substituição dos alimentos vencidos na cozinha do Hospital Municipal, bem como a realização de treinamentos para os funcionários responsáveis pela manipulação de alimentos e limpeza na área da saúde; fez indicação ao Poder Executivo Municipal que, por meio do setor competente, notifique os proprietários de lotes baldios no Residencial Gralha Azul para que realizem a capinagem, limpeza e manutenção dos terrenos; por fim, requer esclarecimentos sobre atraso no pagamento de empregados da empresa terceirizada responsável pelos serviços de segurança;

O Vereador Deivid Sirqueira Couto fez indicação para disponibilização de maquinário para demolição de casa e retirada de entulhos no terreno localizado na Rua Vereador Pedro Silva, nº 231;

Requerimentos: A Vereadora Leirianne de Caires Sartori fez requerimento para convocação da servidora Mariana Lopes Pinheiro – Diretora do Departamento de Assistência Social, para prestar esclarecimentos na próxima sessão ordinária sobre os motivos pelos quais os suplentes do Conselho Tutelar não foram convocados em tempo hábil, o qual foi aprovado por unanimidade; também, fez requerimento de informações sobre férias da servidora Paula Regina Guedes, o qual foi aprovado por unanimidade; ainda, fez requerimento de informações e cópia de documentos a respeito de férias do secretário municipal de educação, o qual foi aprovado por unanimidade;

As indicações e requerimentos foram aprovados pelo Plenário de acordo com as normas regimentais, com o objetivo de serem encaminhados aos órgãos responsáveis. Comentários, agradecimentos, felicitações e debates políticos sobre os projetos em discussão e/ou tramitação nesta Câmara Municipal, assim como os assuntos de interesse local, políticas públicas e outros temas de interesse público, estão disponíveis em formato de áudio e vídeo nas contas oficiais das redes sociais (Facebook e Youtube) deste Poder Legislativo. A Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja ata será lida e, se achada conforme, assinado pela Presidente e pelo 1º Secretário. "Plenário Vereador Gildásio Francelino dos Santos", às 20h45min do dia 03 de fevereiro de 2025.


Álvaro Gonçalves da Rocha
Presidente


Manoel Gonçalves Carrasco Neto
1º Secretário

23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE PRADO FERREIRA/PR

ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA/PR PLENÁRIO
VEREADOR GILDÁSIO FRANCELINO DOS SANTOS
SEGUNDA-FEIRA (03/02/2025) ÀS 19 HORAS

VEREADORES

Álvaro Gonçalves da Rocha (PSD) – Presidente
Isau Maria de Souza (União Brasil) – Vice-Presidente
Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) – 1º Secretário
Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos) – 2º Secretário
Deivid Sirqueira Couto (MDB) – Vereador
Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos) – Vereador
Leirianne Caires Sartori (MDB) – Vereadora
Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB) – Vereadora
Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil) – Vereador

EXPEDIENTE

01. Esta Sessão foi transmitida on-line e está integralmente disponível em áudio e vídeo no Facebook e Youtube da Câmara Municipal.
02. Lido Ofício nº 01/2025 do Partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB, informando à Mesa Diretora os vereadores escolhidos para exercerem as funções de Líder e Vice-Líder do partido;

MATÉRIA DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, na forma do art. 56 e seguintes do Regimento Interno, declarou aberta a 1ª Sessão Ordinária de 2025 e comunicou aos Vereadores que será procedido a eleição dos Membros das Comissões Permanentes, para o biênio 2025/2026. Em seguida informou a ordem de eleição das Comissões Permanentes: Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas; Comissão de Viação, Obras Públicas e Transportes; Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social; e Comissão dos Diretos do Homem e da Mulher. Dando início ao procedimento, o Presidente informou a abertura das inscrições para concorrer às vagas na **Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas**. E solicitou aos Vereadores(as) a apresentação dos nomes na forma regimental. Candidataram-se os Vereadores(as): Leirianne de Caires Sartori; Geovani Ribeiro de Oliveira; Michele Cristiane Camiloti dos Reis; Odair Fernandes de Oliveira; Deivid Sirqueira Couto; e Joel Marcos da Silva Machado. Não havendo mais candidatos, o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores(as), para votarem em três candidatos. Encerrada a votação, o 1º Secretário fez circular a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pelo Vereador Deivid Sirqueira Couto, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: 2 (dois) votos para o Vereador Deivid Sirqueira Couto; 9 (nove) votos para o Vereador Geovani Ribeiro de Oliveira; 2 (dois) votos para a Vereadora Leirianne de Caires Sartori; 7 (sete) votos para a Vereadora Michele Cristiane Camiloti dos Reis; 7 (sete) votos para o Vereador Odair Fernandes de Oliveira; e 0 (zero) abstenção. Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas os Vereadores(as): Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos), Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB), e Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil)**. Em tempo a Vereadora Leirianne Caires Sartori solicitou questão de ordem para constar na ata que a eleição da Comissão é por escrutínio público na forma do art. 56, requerendo a publicidade dos votos. O Senhor Presidente recebeu o requerimento e informou que será consultado o jurídico da Câmara Municipal, para posterior

Jo

decisão.

Em seguida o Presidente informou a abertura das inscrições para concorrer à **Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte**. Solicitando aos Vereadores(as) a apresentação dos nomes na forma regimental. Candidataram-se os Vereadores(as) Deivid Sirqueira Couto, Joel Marcos da Silva Machado, e Odair Fernandes de Oliveira. Não havendo mais candidatos, o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores, para votarem em três candidatos. Encerrada a votação, o 1º Secretário circulou a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pelo Vereador Joel Marcos da Silva Machado, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: 6 (seis) votos para o Vereador Deivid Sirqueira Couto, 7 (sete) votos para o Vereador Joel Marcos da Silva Machado, 6 (seis) votos para o Vereador Odair Fernandes de Oliveira, e 1 (um) voto para a Vereadora Leirianne Caires Sartori, e 0 (zero) abstenção.

Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte os Vereadores(as): Deivid Sirqueira Couto (MDB), Joel Marcos da Silva Machado (Republicanos), e Odair Fernandes de Oliveira (União Brasil).**

Em seguida o Presidente informou a abertura da inscrição para concorrer à **Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social**. Solicitando a apresentação dos nomes dos Vereadores(as) na forma regimental. Candidataram-se os Vereadores(as) Deivid Sirqueira Couto, Geovani Ribeiro de Oliveira, Leirianne de Caires Sartori e Michele Cristiane Camiloti dos Reis. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: 2 (dois) votos para o Vereador Deivid Sirqueira Couto, 7 (sete) votos para o Vereador Geovani Ribeiro de Oliveira, 5 (cinco) votos para a Vereadora Leirianne de Caires Sartori, 7 (sete) votos para a Vereadora Michele Cristiane Camiloti dos Reis, 1 (um) voto para o Vereador Odair Fernandes de Oliveira e 0 (zero) abstenção.

Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social os Vereadores(as) Geovani Ribeiro de Oliveira (Republicanos), Leirianne Caires Sartori (MDB) e Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB).**

Em seguida o Presidente informou a abertura das inscrições para concorrer à **Comissão dos Direitos do Homem e da Mulher**. Solicitando aos Vereadores(as) a apresentação dos nomes na forma regimental. Candidataram-se Vereadores(as) Isau Maria de Souza, Manoel Gonçalves Carrasco Neto e Michele Cristiane Camiloti dos Reis. Não havendo mais candidatos inscritos, o Presidente propôs ao Plenário a eleição por aclamação dos três inscritos, todavia, não foi aceito. Razão pela qual o Presidente determinou ao 1º Secretário a distribuição das cédulas aos Vereadores, para votarem. Encerrada a votação, o 1º Secretário circulou a urna e recolheu os votos, levando-os até a Mesa Diretora, onde à vista de todos colocou as cédulas sobre a mesa de trabalho e auxiliado pela Vereadora Leirianne Caires Sartori, procedeu a apuração. Encerrada a apuração o 1º Secretário informou o seguinte resultado: 7 (sete) votos para o Vereador Isau Maria de Souza, 1 (um) voto para a Vereadora Leirianne Caires Sartori, 6 (seis) votos para o Vereador Manoel Gonçalves Carrasco Neto, 6 (seis) votos para a Vereadora Michele Cristiane Camiloti dos Reis e 2 (duas) abstenções.

Ato contínuo o Senhor Presidente declarou **eleitos para a Comissão de Viação, Obras Públicas e Transporte os Vereadores(as) Isau Maria de Souza (União Brasil), Manoel Gonçalves Carrasco Neto (PSD) e Michele Cristiane Camiloti dos Reis (MDB).**

Em tempo a Vereadora Leirianne Caires Sartori solicitou questão de ordem para constar na ata que algumas cédulas não estavam rubricadas pelos votantes. O Senhor Presidente recebeu o requerimento e informou que será consultado o jurídico da Câmara Municipal, para posterior decisão.

Concluída a eleição para os Membros das Comissões Permanentes, o Senhor Presidente requereu aos Vereadores(as) eleitos(as) que até a próxima Sessão, cada Comissão apresente os respectivos Presidente, Vice-Presidente e Membro.

27

Dando sequência aos trabalhos, o 1º Secretário procedeu a leitura do Ofício nº 01/2025 do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, com a indicação da Vereadora Leirianne de Caires Sartori como líder e do Vereador Deivid Sirqueira Couto como vice-líder da bancada, e o Senhor Presidente determinou a juntada do citado ofício a esta Ata e os devidos registros, para fins de exercício das prerrogativas regimentais de lideranças parlamentar.

MATÉRIA DO LEGISLATIVO

O Senhor Presidente determinou ao 1º Secretário a leituras dos seguintes projetos de resolução:

Projeto de Resolução nº 01/2025 que “Dispõe sobre a jornada flexível do Contador Legislativo, no âmbito da Câmara Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências.”

Projeto de Resolução nº 02/2025 que “Acrescenta o art. 2º-A e o art. 2º-B e altera o art. 12 da Resolução nº 1, de 6 de junho de 2023, renumerada para Resolução nº 23/2023, pela Resolução nº 25, de 25 de outubro de 2023, e dá outras providências que Autoriza trasladar e usar notebook e outros dispositivos móveis corporativos, fora da sede da Câmara Municipal de Prado Ferreira, para viabilizar, exclusivamente, o acesso e a execução de serviço(s) administrativo(s), contábil(eis) ou jurídico(s) de interesse do legislativo municipal, e dá outras providências.”

Projeto de Resolução nº 03/2025 que “Regulamenta a apresentação e o tratamento da declaração de bens, dispõe sobre a preservação do sigilo e da intimidade fiscal dos declarantes no âmbito da Câmara Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências”

Projeto de Resolução nº 04/2025 que “Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 1º e dá nova redação ao art. 8º, incisos I e II, da Resolução nº 7, de 9 de dezembro de 2020, renumerada para Resolução nº 14/2020, pela Resolução nº 25, de 25 de outubro de 2023, e dá outras providências.”

Indicações: A Vereadora Leirianne de Caires Sartori fez indicação para limpeza geral na Capela Mortuária, e anexa imagens demonstrando a situação precária da limpeza da geladeira e climatizadores, o que reitera o pedido já formalizado por meio do Ofício 04/2025; fez, também, indicação para que os pontos biométricos da Administração Pública não seja configurado para registrar ponto por meio de códigos numéricos; fez, indicação ao Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, que providencie a atualização da escala dos profissionais da Saúde no Portal da Transparência, garantindo que esta seja publicada mensalmente e disponibilizada também nas unidades de saúde para acesso dos usuários; fez indicação para que o Município ofereça atendimento complementar nas escolas de educação infantil durante o período de férias escolares; fez indicação para realização de serviços de poda de árvore na Rua Minas Gerais, nº 410; fez indicação para substituição dos alimentos vencidos na cozinha do Hospital Municipal, bem como a realização de treinamentos para os funcionários responsáveis pela manipulação de alimentos e limpeza na área da saúde; fez indicação ao Poder Executivo Municipal que, por meio do setor competente, notifique os proprietários de lotes baldios no Residencial Galha Azul para que realizem a capinagem, limpeza e manutenção dos terrenos; por fim, requer esclarecimentos sobre atraso no pagamento de empregados da empresa terceirizada responsável pelos serviços de segurança;

O Vereador Deivid Sirqueira Couto fez indicação para disponibilização de maquinário para demolição de casa e retirada de entulhos no terreno localizado na Rua Vereador Pedro Silva, nº 231;

Requerimentos: A Vereadora Leirianne de Caires Sartori fez requerimento para convocação da servidora Mariana Lopes Pinheiro – Diretora do Departamento de Assistência Social, para prestar esclarecimentos na próxima sessão ordinária sobre os motivos pelos quais os suplentes do Conselho Tutelar não foram convocados em tempo hábil, o qual foi aprovado por unanimidade; também, fez requerimento de informações sobre férias da servidora Paula Regina Guedes, o qual foi aprovado por unanimidade; ainda, fez requerimento de informações e cópia de documentos a respeito de férias do

secretário municipal de educação, o qual foi aprovado por unanimidade;

DS

As indicações e requerimentos foram aprovados pelo Plenário de acordo com as normas regimentais, com o objetivo de serem encaminhados aos órgãos responsáveis. Comentários, agradecimentos, felicitações e debates políticos sobre os projetos em discussão e/ou tramitação nesta Câmara Municipal, assim como os assuntos de interesse local, políticas públicas e outros temas de interesse público, estão disponíveis em formato de áudio e vídeo nas contas oficiais das redes sociais (Facebook e Youtube) deste Poder Legislativo. A Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja ata será lida e, se achada conforme, assinado pela Presidente e pelo 1º Secretário. "Plenário Vereador Gildásio Francelino dos Santos", às 20h45min do dia 03 de fevereiro de 2025.

| | |
|--|--|
| ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA Presidente | MANOEL GONÇALVES CARRASCO NETO 1º Secretário |
|--|--|

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:4974CF8B

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/02/2025. Edição 3215

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



RESPOSTA À QUESTÃO DE ORDEM Nº 01/2025

Relatório

Tratam-se das questões de ordem apresentadas durante a 2ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 03 de fevereiro de 2025, registradas na respectiva ata. Em síntese a autora alega o seguinte:

Questão de Ordem nº 01: *"Em tempo a Vereadora Leirianne Caires Sartori solicitou questão de ordem para constar na ata que o escrutínio é público na forma do art. 56, requerendo a publicidade dos votos. O Senhor Presidente recebeu o requerimento e informou que será consultado o jurídico da Câmara Municipal, para posterior decisão."*

Questão de Ordem nº 02: *"Em tempo a Vereadora Leirianne Caires Sartori solicitou questão de ordem para constar na ata que algumas cédulas não estavam rubricadas."*

É o relatório.

Decido.

Do Regimento Interno

O Regimento Interno da Câmara de Vereadores prescreve o seguinte:

Art. 37 - *Compete ao Presidente da Câmara, além do definido no Art. 39 da Lei Orgânica:*

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

XXV - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados, em especial exercendo as seguintes atribuições: g) resolver as questões de ordem;

Art. 240 - *Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.*

§ 1º - *O recurso será encaminhado à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, para parecer.*

§ 2º - *O Plenário, em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejudgado.*



Decisão da Presidência em Questão de Ordem

CONHEÇO das presentes questões de ordem, uma vez que foram atendidos os pressupostos dos arts. 187 e 239 do Regimento Interno:

Art. 187 - O Vereador somente usará da palavra:

V - para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimentos à Mesa;

Art. 239 - Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação e à aplicação do Regimento.

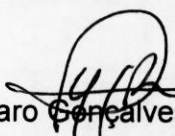
No entanto, no mérito, tais questões de ordem não merecem prosperar, pois o parecer jurídico nº 05/2025 – o qual acolho integralmente como motivo de decidir – expende razões de fato e de direito que esclarecem e informam que o art. 56 do Regimento, objeto da primeira questão de ordem, não se refere à publicidade dos votos dos vereadores, mas à publicidade do procedimento de eleição; enquanto que da dúvida em relação ao art. 57 não resultou prejuízo para os vereadores, para o procedimento de eleição dos membros das comissões permanentes, nem para o princípio da representação partidária.

Diante de todas as circunstâncias ponderadas no parecer jurídico nº 05/2025, e com fundamento na alínea “g” do inciso XXV, do art. 37 e art. 240 do regimento interno **INDEFIRO** as questões de ordem.

DETERMINO a juntada do parecer jurídico nº 05/2025 e cópia da ata da Sessão Ordinária de 03/02/2025, e o posterior registro dos precedentes na forma do art. 241 do regimento interno.

Cópia à autora das questões de ordem.

Prado Ferreira, 10 de janeiro de 2025.


Álvaro Gonçalves da Rocha

Presidente da Câmara Municipal de Prado Ferreira



PARECER JURÍDICO Nº 05/2025

Referência: Procedimento de Eleição dos Membros das Comissões Permanentes da Câmara Municipal, realizado na 2ª Sessão Ordinária 03/02/2025.

Autoria: Consulta de autoria do Presidente da Câmara Municipal

Ementa: *Questões de Ordem apresentadas durante a 2ª Sessão Ordinária de 2025.*

Relatório

Trata-se de despacho do Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores, consignado na ata da 2ª Sessão Ordinária, requerendo consulta a essa advocacia legislativa em face das questões de ordem suscitadas durante a Sessão Plenária de 03/fevereiro/2025.

É o quanto basta relatar.

Competência e Iniciativa

A consulta sobre a matéria é de iniciativa do Presidente da Câmara Municipal, amparada pelo artigo 37, incisos III e XXV, alínea "g", do Regimento Interno¹, que lhe confere competência para interpretar e fazer cumprir o regimento interno, bem como, resolver questões de ordem.

Análise Jurídica

Assinalo inicialmente, que no caso concreto, o parecer tem em mira exclusivamente as questões de ordem suscitadas. Referida análise jurídica, circunscreve-se à apreciação dos aspectos relacionados à competência e à iniciativa da consulta e da pertinência das dúvidas levantadas em Plenário, bem como, sugerir determinada interpretação regimental à Presidência da Casa. De outro giro, cabe ao parecer jurídico, na medida do possível, esclarecer, elucidar,

¹RI Art. 37 - Compete ao Presidente da Câmara, além do definido no Art. 39 da Lei Orgânica: III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno; XXV - dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, não caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões, ou a qualquer integrante de tais órgãos individualmente considerados, em especial exercendo as seguintes atribuições: g) resolver as questões de ordem;



explicar, municiar o Presidente de informações, para a sua deliberação.

Da Questão de Ordem Regimental

A questão de ordem, está conceituada pelo art. 239 do Regimento Interno, vejamos:

Art. 239 - Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação e à aplicação do Regimento.

Parágrafo único - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de o Presidente as repelir sumariamente.

Por seu turno, o art. 240 incumbe ao Presidente da Câmara Municipal, a competência para resolver, isto é, decidir sobre as questões de ordem, ressalvado o direito de recurso ao Plenário. Observe-se:

Art. 240 - Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

§ 1º - O recurso será encaminhado à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, para parecer.

§ 2º - O Plenário, em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejudgado.

Finalmente, encerrando o título da ordem regimental, o art. 241 assevera que os precedentes firmados em sede de resolução das questões de ordem serão registrados em livro próprio, para futura aplicação aos casos análogos. Confira-se:

Art. 241 - Os precedentes a que se referem os Arts 237, 239 e 240 §§ 1º e 2º serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.

Infere-se dos citados dispositivos regimentais, que o Presidente poderá resolver a questão de ordem de imediato ou responder à



dúvida posteriormente, na própria Sessão ou em próxima Sessão. Nessa linha, a doutrina de Luciano Henrique Oliveira²:

A formulação da questão de ordem, em princípio, não tem efeito suspensivo, isto é, não suspende os trabalhos em relação aos quais surgiu o questionamento [...]

Da mesma forma, lícito será ao Presidente requerer parecer jurídico ou parecer da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, ou ainda de ambos, para subsidiar sua resposta.

Feitos alguns esclarecimentos iniciais, passa-se a analisar as questões de ordem, objeto da consulta.

Primeira Questão de Ordem

A primeira questão de ordem que deve ser enfrentada, foi registrada nos seguintes termos: “*Em tempo a Vereadora Leirianne Caires Sartori solicitou **questão de ordem para constar na ata que o escrutínio é público na forma do art. 56, requerendo a publicidade dos votos.*** O Senhor Presidente recebeu o requerimento e informou que será consultado o jurídico da Câmara Municipal, para posterior decisão.” Denota-se do trecho destacado que a autora da questão de ordem, sugeriu uma interpretação para o art. 56 do Regimento Interno. Interpretação esta, que o Presidente, por cautela não acatou de plano, mas recebeu tal questão de ordem e formulou consulta jurídica, para responde-la posteriormente.

Pois bem. A leitura isolada de dispositivos legais, quase sempre, tende a induzir conclusões precipitadas, porque muitas vezes podem decorrer de insuficiente reflexão. Nessa linha adverte Carlos Maximiliano³:

Interpretar é explicar, esclarecer; dar o significado de vocábulo, atitude ou gesto; reproduzir por outras palavras um pensamento exteriorizado; mostrar o sentido verdadeiro de uma expressão; extrair, de frase, sentença ou norma, tudo o que na mesma se contém.

²OLIVEIRA, Luciano Henrique da Silva. Comentários ao Regimento Interno do Senado Federal. Brasília, 2021.

³MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.



Complementa o pensamento do ilustre Professor gaúcho, o igualmente ilustre Professor Rubens Limongi França⁴:

A interpretação da lei é a operação que tem por fim fixar uma determinada relação jurídica, mediante a percepção clara e exata da norma estabelecida pelo legislador [...] Quando se fala em hermenêutica ou interpretação, advirta-se que elas não se podem restringir tão-somente aos estreitos termos da lei, pois conhecidas são as suas limitações para bem exprimir o direito, o que, aliás, acontece com generalidade das formas de que o direito se reveste. (grifei)

Portanto, é esse o motivo pelo qual, parece-me salutar e necessário, realizar a leitura do mencionado art. 56, no contexto legal em que se localiza. Observe-se que o art. 56 do Regimento, situa-se no "TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL, CAPÍTULO I, DA MESA DA CÂMARA, SEÇÃO I, DA FORMAÇÃO DA MESA E DE SUAS MODIFICAÇÕES" e mais especificamente no "CAPÍTULO III DAS COMISSÕES, SEÇÃO II DA FORMAÇÃO DAS COMISSÕES E DE SUAS MODIFICAÇÕES".

Desse modo, para bem compreender o procedimento de eleição dos Membros das Comissões Permanentes, parece-me que não se deve prescindir da leitura conjunta dos artigos que tratam da "formação das comissões e de suas modificações", que são três dispositivos: arts. 52, 56 e 57, cuja reprodução se faz necessária:

Art. 52 *Em cada Comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara. (destaquei)*

Art. 56 - Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à da eleição da Mesa, por um período de 2 (dois) anos mediante escrutínio público, considerando-se eleito, em caso de empate, o Vereador do partido ainda não representado em outra Comissão, ou o Vereador não eleito para nenhuma Comissão ou, finalmente, o Vereador mais votado nas eleições municipais. (destaquei)

Art. 57 - *Far-se-á a votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas, datilo-*

⁴FRANÇA, R. Limongi. *Hermenêutica Jurídica*. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009



grafadas ou manuscritas, assinadas pelos votantes, com indicação dos nomes mais votados e da legenda partidária respectiva. (destaquei)

O art. 52 traz o âmago do § 1º, do art. 58 da Constituição da República. Constitui, portanto, norma de reprodução obrigatória. Assinale-se, todavia, que a regra da proporcionalidade será aplicável a todas as comissões: permanentes e temporárias.

O art. 56 apresenta a expressão “*escrutínio público*”, que motivou a primeira questão de ordem. À primeira vista e destacado do seu contexto regimental, referido dispositivo (art. 56), quando lido isoladamente, pode induzir a uma interpretação literal e ampliativa, porém, equivocada, no sentido de que “*seria dado ao conhecimento público por meio da divulgação*”, o voto de cada Vereador, como se “*voto aberto*” fosse ou “*voto a descoberto*”. De plano, assevero que essa não parece ser a melhor interpretação para aplicar o direito regimental questionado. Primeiro, porque se o Regimento quisesse, nesse caso, que aos votos dos Vereadores fosse dado ao conhecimento público, não haveria razão para adotar a votação “*através de cédulas impressas*”, conforme se verificará mais adiante na análise do art. 57. Adotar-se-ia, por exemplo, o voto simbólico ou o voto nominal. Segundo, porque o vocábulo “*escrutínio*” é inequívoco, isto é, possui significado indubitável e incontestável, tanto no sentido jurídico, quanto no sentido comum. Terceiro, porque não se deve descuidar que a expressão “*escrutínio público*” é ambígua, de sentido incerto e, logo, apta a ensejar confusão ou induzir a equívoco.

Prosseguindo o caminho para o deslinde da questão, busca-se apoio na palavra ponderada do Professor De Plácido e Silva⁵, a fim de se conhecer o significado jurídico do vocábulo “*escrutínio*”:

Escrutínio indica a maneira ou processo utilizado para se tomar votos, referentes à escolha de uma pessoa para ocupação de cargo [...] escrutínio quer significar a própria votação, que ambas significam o ato de votar, fazendo recolher em uma urna o papel em que se consigna o voto [...] So-mente se diferencia a votação do escrutínio em que a votação pode ser verbal ou por aclamação, enquanto

⁵SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 31 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.



no escrutínio, que é maneira de votação, está sempre se processa por voto dado por meio de papel escrito, que se recolhe em um receptáculo destinado a isso. Diz-se que o escrutínio é secreto quando a forma de indagação do voto é processada de modo que não se divulgue ou não se saiba qual a opinião do votante, que dá o seu voto em papel escrito encerrado em envelope, onde em segredo o colocou. Mas, **a rigor, o escrutínio revela, em verdade, a votação sob discrição ou em segredo. Escrutínio secreto, realmente, parece-nos redundância.** Escrutínio. Por extensão, também se dá a denominação para o próprio recipiente em que se recolhem os votos. Significa, ainda, exame atento.

Na mesma senda o membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Professor J.M. Othon⁶:

ESCRUTÍNIO. S. m. (Lat. *scrutinium*) Votação com o emprego de meio material para recolhimento em urna. Apuração desses votos. Cognatos: *escrutinar* (v.), *apurar*, *conferir* e *contar* os votos; *escrutinação* (s. f.), *ato de escrutinar*; *escrutinador* (s. m.), *quem escrutina*.

E, por fim, o nosso bom e velho conhecido Aurélio⁷:

Escrutínio. Votação em urna; apuramento dos votos; urna onde se recolhem os votos; exame atento, minucioso.

Nota-se, portanto, que um dos significados jurídicos do vernáculo "escrutínio" representa "a maneira utilizada para se tomar os votos", o que nos termos do art. 57 do Regimento Interno (lembrando, que o art. 56 é complementado pelo art. 57) "far-se-á a votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas, datilografadas ou manuscritas [...]". Salvo melhor juízo, não me parece restar dúvida quanto ao entendimento até aqui exposto. O Regimento Interno ao escolher o "escrutínio" como "o processo para se tomar os votos dos Vereadores, em votação separada para cada

⁶SIDOU, J.M. Othon. Dicionário Jurídico. 11ed. Rio de Janeiro: Forense/Academia Brasileira de Letras Jurídicas, 2016.

⁷FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 15ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.



comissão, através de cédulas impressas”, quis, por decorrência lógica, que se preservasse o voto de cada parlamentar. Do contrário, em lugar de “escrutínio” que é sinônimo de “votação sob descrição ou em segredo”, decerto o Regimento empregaria a expressão “voto aberto” ou “votação a descoberto”, ou ainda o voto simbólico que consiste em “permanecer sentado ou se levantar”, ou por último a votação nominal onde o Vereador de viva voz “declara em quem está votando”. Todos esses modos de votação representam o sistema em que o voto de cada Vereador é visualizado e tornado público, divulgado imediatamente.

No entanto, se, como assevera o vernaculista: **“escrutínio secreto, realmente, parece-nos redundância”**; com a mesma lógica, pode-se dizer que **“escrutínio público”**, **afigura-se uma contradição.**

Todavia, ainda incumbe elucidar a expressão **“escrutínio público”**. Muito bem. Ao meu sentir, a expressão **“escrutínio público”**, em que pese se afigurar a uma contradição, não se refere à publicidade e à divulgação dos votos dos Vereadores, no sentido de torna-los “votos abertos” ou coloca-los “a descoberto”. Absolutamente não! Mas, refere-se ao exame público dos votos colhidos, realizado na própria Mesa Diretora e à vista de todos os presentes, com a fiscalização direta sobre o procedimento de votação, a autenticidade das cédulas e dos votos, a respectiva contagem e a atribuição dos votos a cada Vereador. Procedimento esse, realizado imediatamente após cada votação, bem como a declaração dos eleitos pelo Presidente e a consignação dos resultados em ata, entre outros aspectos aptos a conferir lisura e transparência à eleição dos Membros para as Comissões Permanentes.

Pois, de fato, foi o que aconteceu. As cédulas com os nomes dos Vereadores e respectivas legendas partidárias foram impressas pela Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, cujos servidores as entregaram em mãos ao Presidente da Câmara, que por sua vez, encarregou o 1º Secretário de distribuí-las aos Vereadores em conformidade com a sequência das votações em separado para cada uma das Comissões Permanentes. Após cada votação realizada pelos



Vereadores, o 1º Secretário circulou o “*recipiente*” à guisa de urna, colhendo os votos. Sob as vistas de todos os presentes e sempre com a fiscalização direta de um Vereador a cada escrutínio, procedeu-se a contagem dos votos e a atribuição a cada parlamentar votado. Posteriormente a esses atos, o Presidente declarou solenemente os eleitos e o 1º Secretário fez cada resultado ser lavrado em ata. Para maior lisura e transparência do procedimento, tudo o que aqui está dito, está integralmente gravado em áudio e vídeo, disponível a qualquer interessado mediante livre acesso na internet, eis que a Sessão Plenária foi transmitida ao vivo pelas redes sociais institucionais da Câmara Municipal.

Da Interpretação sobre a Publicidade e a Divulgação dos Votos dos Vereadores

Com o devido respeito, não parece razoável uma interpretação literal e ampliativa, no sentido de dar à publicidade e à divulgação os votos proferidos pelos Vereadores na eleição para os Membros das Comissões Permanentes. Explico. De um lado, o Regimento Interno não autoriza, muito menos determina “voto aberto” ou “voto a descoberto”, “voto simbólico” ou “voto nominal” nesse caso. Mas, contrariamente refere-se a “escrutínio público”, cujos conceitos jurídicos estão delineados acima. Por outro lado, reputa-se coerente a sistemática adotada pelo Regimento Interno, isto porque, preserva a independência dos Vereadores no que concerne ao voto para a escolha dos seus pares que os representarão nas Comissões Parlamentares Permanentes. Em que pesem as questões políticas que possam girar em torno dessa eleição, não se pode olvidar que antes de tudo, tais escolhas retratam questões *interna corporis*, ou seja, aquelas de competência exclusiva da Câmara Municipal e que devem ser resolvidas internamente ao Poder Legislativo, por meio da atuação dos Vereadores, regularmente investidos no pleno exercício do mandato político.

Por fim, é preciso asseverar que qualquer interpretação regimental, no sentido de divulgar os votos proferidos pelos Vereadores, durante o processo de eleição dos Membros para as Comissões Permanentes, por suposta transparência ou qualquer



outro pretexto, não será a melhor opção, visto que no contexto dos dispositivos regimentais até aqui analisados, poderá ensejar a violação da imunidade parlamentar insculpida no art. 29, inciso VIII da Constituição de República, a saber:

Art. 29. VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

Segunda Questão de Ordem

Relativamente à segunda questão de ordem arguida, tem-se o seguinte registro em ata: *"Em tempo a Vereadora Leirianne Caires Sartori solicitou questão de ordem para constar na ata que algumas cédulas não estavam rubricadas. O Senhor Presidente recebeu o requerimento e informou que será consultado o jurídico da Câmara Municipal, para posterior decisão."* No caso dessa segunda questão de ordem, a autora não sugeriu interpretação regimental, limitando-se a requerer o registro em ata. De modo, que o Presidente não foi instado a responder imediatamente sobre tal questão de ordem, limitando-se igualmente a determinar o seu registro na ata dos trabalhos. Porém, por cautela, requereu igualmente a manifestação jurídica, para posterior resposta sobre a ordem regimental questionada. Pois bem.

Averiguando-se o art. 57 do Regimento Interno, assiste razão à autora no que tange à regra que exige serem *"as cédulas assinadas pelos votantes"*:

Art. 57 - Far-se-á a votação separada para cada Comissão, através de cédulas impressas, datilografadas ou manuscritas, assinadas pelos votantes, com indicação dos nomes mais votados e da legenda partidária respectiva.

Entretanto, a primeira observação que se deve fazer, consiste em dizer que não se está diante de regra constitucional de reprodução obrigatória, mas perante regra puramente regimental. O que torna tal regra suscetível de ser flexibilizada. Dito de outra forma, uma vez constatado que nem todas as cédulas foram *"assinadas pelos votantes"*, conforme a interpretação literal da



primeira parte do art. 57, se está diante de um vício. Todavia, resta verificar de tal vício resultou algum prejuízo para os Vereadores.

Antes, porém, de aferir a existência de algum prejuízo, convém observar que a regra segundo a qual *"as cédulas [...] assinadas pelos votantes"* configura a rigidez formal e o excesso de solenidades que caracterizaram o momento jurídico da década de 1990 (época da promulgação do vigente Regimento Interno) e que à falta de tecnologias atuais para se certificar a veracidade de determinados atos ou documentos, mandava o costume "assinar ou rubricar". Evidência disso é que o citado art. 57 aponta três alternativas para as cédulas: impressas, datilografadas ou manuscritas, sendo as duas últimas impensáveis nos dias em que vivemos. A favor da tese ora esposada, invocamos o princípio da instrumentalidade das formas, o qual informa que *"a existência do ato processual é um instrumento utilizado para se atingir determinada finalidade; assim, ainda que com vício, se o ato atinge sua finalidade sem causar prejuízo às partes, não se declara sua nulidade."* No caso concreto, o ato processual ou procedimental é o ato de votar. O ato jurídico de votar é o instrumento (voto dos Vereadores), para se atingir a finalidade determinada no Regimento Interno (eleger os Membros das Comissões Permanentes). Nesse sentido o Código de Processo Civil:

Art. 188. Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial. (grifei)

Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade. (grifei)

Essa finalidade (eleger os Membros das Comissões Permanentes) foi plenamente satisfeita.

Da Expressão "Assinadas pelos Vereadores"

Merece consideração a parte final do art. 57, especialmente a expressão *"assinadas pelos votantes"*. Note-se que foi redigida **no plural**, o que indica que não visa identificar o votante no singular. Absolutamente não! De modo algum! A regra regimental vasada no



plural, está afirmando que as cédulas impressas serão assinadas por todos os votantes, ou seja, todos os Vereadores assinarão todas as cédulas a serem utilizadas. E, isso, não para identificar o voto de algum Vereador em particular. Mas, diversamente, no intuito de conferir maior credibilidade ao procedimento regimental. Certificar por meio de tais assinaturas que aquelas cédulas utilizadas na votação, são verídicas, estão íntegras, não contém rasuras ou impropriedades, etc. Não se deve olvidar o contexto da década de 1990, época da promulgação do Regimento vigente na Câmara Municipal, conforme mencionado acima.

Diga-se mais. A expressão "*assinadas pelos votantes*" pode ser lida como a colocação de uma marca, de um sinal, de uma rubrica, de iniciais, de um selo pessoal, enfim uma gama extensa de possibilidades, o que não indica necessariamente, que tal assinatura poderá, muito menos deverá, identificar plena e individualmente o seu autor.

Da Inexistência de Prejuízo para os Vereadores

A segunda observação que importa assinalar é que da falta de ditas "*assinaturas*" em algumas das cédulas utilizadas, não se demonstrou resultar qualquer prejuízo para os Vereadores ou para o procedimento de eleição dos Membros das Comissões Permanentes. Não se maculou o procedimento regimental. Não se feriu norma constitucional de reprodução obrigatória. Ademais, os avanços tecnológicos suprem sobejamente a formalidade das referidas assinaturas, isto porque, proporcionam, por exemplo, a gravação completa da Sessão em áudio e vídeo e a sua disponibilização na internet mediante livre acesso. Deve-se somar a isso, a presença e a fiscalização pessoal exercida pelos próprios Vereadores, que participaram diretamente do procedimento, e dos cidadãos que assistiram tal Sessão presencialmente ou pelas redes sociais. Conquanto a falta de assinaturas em algumas cédulas, não há qualquer registro de prejudicialidade, falta de transparência ou indício de fraude ao procedimento de eleição dos Membros das Comissões. Além do mais, é preciso frisar que o controle social foi devidamente exercido; *in loco* pelos Vereadores e cidadãos presentes na Câmara



Municipal e online pelos cidadãos que assistiram a transmissão da Sessão ao vivo. Por fim, deve ser assinalado que a Sessão está gravada e integralmente disponível nas redes sociais da Câmara de Vereadores, podendo qualquer interessado aferir o seu conteúdo e contrastá-lo com o que o que está afirmada nessas linhas.

Conclusão

Portanto, Senhor Presidente, diante do articulado nesse parecer, assevero não vislumbrar dúvida razoável, capaz de ensejar qualquer nulidade quanto ao procedimento de eleição dos Membros das Comissões Permanentes, ocorrido na Sessão de 03/02/2025.

Com fundamento nas razões fáticas e jurídicas acima expostas, sugiro o indeferimento das questões de ordem analisadas.

É o parecer que, respeitosamente, submeto a superior apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Prado Ferreira, datado e assinado digitalmente.

**JULIO
CESAR
BOTELHO**

Assinado digitalmente por JULIO
CESAR BOTELHO
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
OU=AQ, OAB,
OU=81885634000170,
OU=Presencial, OU=Assinatura
Tipo A3, OU=ADVOGADO,
CN=JULIO CESAR BOTELHO
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: sua localização de
assinatura aqui
Data: 2025.02.10 15:29:41-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.1



DESPACHO DA PRESIDÊNCIA
Nº 04/2025

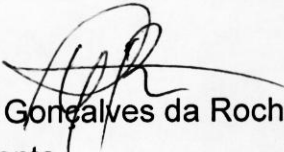
Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças, e Tomada de Contas, Vereador Geovani Ribeiro de Oliveira,

Com fundamento no art. 37, inciso XXV, alínea “h” (parte final) do Regimento Interno;

Considerando os pareceres jurídicos nº 05/2025 e nº 11/2025 relativos ao recurso impetrado pela Senhora Vereadora Leirianne Caires Sartori;

Encaminho os autos do processo administrativo nº 12/2025 para essa Comissão, a fim de proceder análise e se manifestar na forma do art. 143 do Regimento Interno¹.

Câmara Municipal de Prado Ferreira, aos 18 de fevereiro de 2025.
Atenciosamente,


Álvaro Gonçalves da Rocha
Presidente

¹RI Art. 143 - Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da ciência da decisão, por simples petição e distribuídos à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, que emitirá parecer acompanhado de projeto de resolução.



44
9

DESPACHO Nº 01/2025
COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS, E
TOMADA DE CONTAS

Senhor Advogado Legislativo,

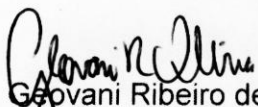
Considerando o despacho nº 04/2025 da Presidência da Câmara Municipal, que encaminhou para essa Comissão os autos do processo administrativo nº 12/2025, para análise e manifestação de recurso contra ato da presidência na forma do art. 143 do Regimento Interno;

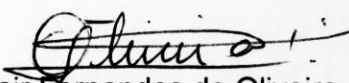
Considerando que a referida demanda exige fundamentação jurídica, bem como a apresentação de minuta de projeto de resolução;

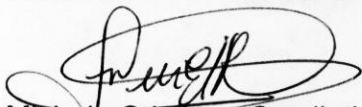
Requeremos os préstimos dessa advocacia, para assessorar os trabalhos dessa Comissão, especialmente, para auxiliar na fundamentação jurídica ao relatório e minuto de projeto de resolução.

Câmara Municipal de Prado Ferreira, aos 24 de fevereiro de 2025.

Respeitosamente,


Geovani Ribeiro de Oliveira
Vereador Presidente


Odair Fernandes de Oliveira
Vereador Vice-Presidente

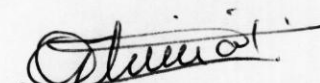

Michele Cristiane Camiloti dos Reis
Vereadora Membro



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS

Aos 10/03/2025, às 18h30, na Câmara Municipal de Prado Ferreira, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, para deliberar sobre o processo administrativo nº 12/2025 referente ao recurso contra ato da presidência da Câmara Municipal, interposto pela Vereadora Leirianne Caires Sartori. Presentes os Membros da Comissão os Vereadores: Presidente – Geovani Ribeiro de Oliveira – Vice-Presidente Odair Fernandes de Oliveira e Membro – Michele Cristiane Camiloti dos Reis. Convidado o advogado legislativo, Sr. Júlio César Botelho, para prestar esclarecimento sobre parecer. O Presidente agradeceu a presença dos Vereadores e do advogado da Câmara e propôs solicitar o auxílio da advocacia legislativa da Câmara Municipal, para explicar o recurso e o parecer jurídico e apresentar anteprojeto de resolução para a Comissão. O advogado da Câmara fez as explicações solicitadas sobre o parecer jurídico e sobre o recurso, bem como a razão da necessidade de um projeto de resolução a ser apresentado pela Comissão. Esclareceu as dúvidas e informou aos Membros da Comissão que deverão deliberar sobre o mérito do recurso. Os membros da Comissão, após discutirem, deliberaram de forma unânime, por não prover o recurso e que o anteprojeto de resolução deve ser pela denegação do recurso. Deliberaram ainda para a advocacia da Câmara Municipal auxiliar na elaboração do relatório da Comissão e que apresente anteprojeto de resolução. Nada mais havendo a ser deliberado, o Presidente da Comissão agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião, cuja ata, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas.


Geovani Ribeiro de Oliveira
Presidente


Odair Fernandes de Oliveira
Vice-Presidente


Michele Cristiane Camiloti dos Reis
Membro



46
D

Parecer nº 01/2025
Parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento,
Finanças e Tomada de Contas

Matéria: Recurso contra ato do Presidente

Autoria: Vereadora Leiriane Caires Sartori

I - Relatório

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, tendo em vista a sua competência regimental, conheceu do Despacho do Presidente nº 04/2025, que encaminhou o recurso contra ato da presidência, apresentado pela Vereadora Leirianne Caires Sartori, para essa Comissão se manifestar, nos moldes do art. 143 do Regimento Interno¹. Ato contínuo, escolheu como Relator o Senhor Presidente da Comissão. O Relator pronunciou-se favoravelmente ao acolhimento integral do parecer jurídico nº 11/2025 e no que couber do parecer jurídico nº 05/2025. Examinada e relatada a matéria, essa Comissão aprovou o pronunciamento do Relator por unanimidade, o qual prevalece como parecer da comissão nos termos regimentais, pelas razões adiante expostas.

II - Da Constitucionalidade e da Legalidade

A apresentação de projeto de resolução pela Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, encontra fundamento no art. 143 do Regimento Interno:

Art. 143 - Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da ciência da decisão, por simples petição e distribuídos à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, que emitirá parecer acompanhado de projeto de resolução.

Desse modo, quando a Comissão quando provocada a se manifestar sobre recurso contra ato da presidência, deverá apresentar projeto de resolução, conforme ditado pelo art. 143 acima transcrito, para fins de deliberação do Plenário.

¹RI. Art. 143 - Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da ciência da decisão, por simples petição e distribuídos à Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, que emitirá parecer acompanhado de projeto de resolução.



III - Do Mérito

No mérito a Comissão entende que o recurso contra ato da presidência não deve prosperar, pois resumidamente, e com base no exposto nos pareceres jurídicos nº 11/2025 e nº 05/2025, a eleição para os membros das comissões permanentes da Câmara Municipal realizada na 1ª Sessão Ordinária em 03/02/2025, ocorreu de forma lícita e de acordo com o regimento interno e com as práticas adotadas a décadas pela Câmara de Vereadores de Prado Ferreira. Durante essas décadas, jamais se verificou qualquer prejuízo para a Câmara Municipal, ou para os Vereadores, ou para as Comissões decorrentes das práticas legislativas citadas. Diferente do alegado, a proporcionalidade partidária na composição das Comissões foi devidamente respeitada, de modo que todos os partidos políticos representados na Câmara de Vereadores, estão representados em tais Comissões. Cumpre destacar que a ata de eleição e posse das Comissões Permanentes foi aprovada por unanimidade e publicada na edição nº 3215 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná do dia 13/02/2025.

Portanto, no mérito a Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas entende pela denegação do recurso ora analisado.

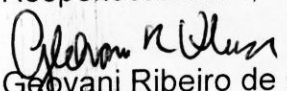
IV - Opinião

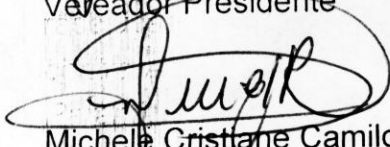
Nos termos do Regimento Interno, a Comissão encaminha o projeto de resolução nº __/2025, que "*Dispõe sobre a denegação de recurso apresentado contra Ato da Presidência da Câmara Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, na 1ª Sessão Ordinária de 2025, de 03/02/2025*", ao Senhor Presidente, para fins de publicidade e conhecimento dos Vereadores(as), bem como, inclusão na pauta para discussão e deliberação do Plenário.

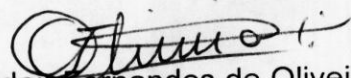
É o parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, exara ao processo administrativo nº 12/2025, e solicita a sua aprovação do projeto de resolução pelo Plenário desta Casa.

Prado Ferreira, 12 de março de 2025.

Respeitosamente,


Geovani Ribeiro de Oliveira
Vereador Presidente


Michele Cristiane Camiloti dos Reis
Vereadora Membro


Odair Fernandes de Oliveira
Vereador Vice-Presidente



JUSTIFICATIVA

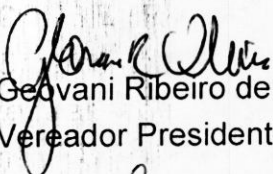
CONSIDERANDO o despacho nº 04/2025 de 18/02/205, da Presidência da Câmara Municipal que encaminhou o processo administrativo com o recurso apresentado pela Vereadora Leirianne Caires Sartori, para essa Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, na forma do art. 143 do Regimento Interno;

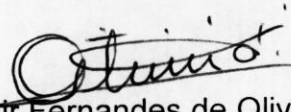
CONSIERANDO que a Comissão acolheu integralmente o parecer jurídico nº 11/2025 (encartado no processo administrativo nº 12/2025) e considerou no que couber o parecer jurídico nº 05/2025 (encartado no processo administrativo nº 12/2025), como razões de decidir;

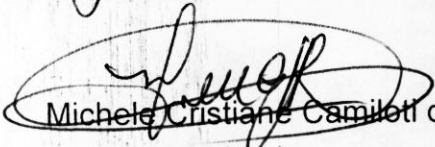
CONSIDERANDO que a Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas entende pela licitude e pela regularidade da eleição dos membros das comissões permanentes, realizadas na 1ª Sessão Ordinária de 03/02/2025;

CONSIDERANDO o parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, opinando pela denegação do recurso contra ato da presidência;

Solicitamos, respeitosamente, aos Senhores(as) Vereadores(as) a aprovação do presente Projeto de Resolução.


Geovani Ribeiro de Oliveira
Vereador Presidente


Odair Fernandes de Oliveira
Vereador Vice-Presidente


Michele Cristiane Camiloti dos Reis
Vereadora Membro



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº __, DE __ DE ____ DE 2025

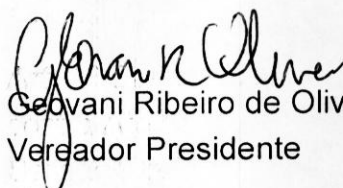
“Dispõe sobre a denegação de recurso apresentado contra Ato da Presidência da Câmara Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, na 1ª Sessão Ordinária de 2025, de 03/02/2025.”

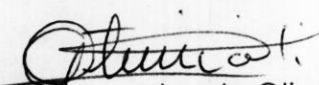
Faço saber que a Câmara Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, na Sessão Ordinária, realizada no dia __ de ____ de 2025, **aprovou**, e eu, Presidente do Poder Legislativo, **PROMULGO**, a seguinte Resolução:

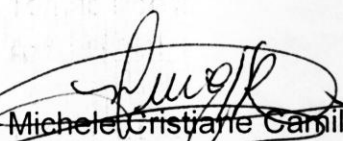
Art. 1º Denega o recurso apresentado pela Vereadora Leirianne Caires Sartori, contra Ato da Presidência da Câmara Municipal de Prado Ferreira, durante a 1ª Sessão Ordinária de 2025, realizada no dia 03/02/2025, em conformidade com o parecer unânime da Comissão de Justiça, Redação, Orçamento, Finanças e Tomada de Contas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Prado Ferreira, Estado do Paraná, aos __ de ____ de 2025.


Geovani Ribeiro de Oliveira
Vereador Presidente


Odair Fernandes de Oliveira
Vereador Vice-Presidente


Michele Cristiane Camiloti dos Reis
Vereadora Membro